

entretextos

entre

entretextos

01

O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DO CORPO
NO IMAGINÁRIO DA I REPÚBLICA
A Ginástica da Educação Cívica.
A Educação Cívica da Ginástica

José Gregório Viegas Brás
Maria Neves Leal Gonçalves

Junho de 2009

José Viegas Brás & Maria Neves Gonçalves
UI&D Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo

O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DO CORPO NO IMAGINÁRIO DA I REPÚBLICA

A Ginástica da Educação Cívica. A Educação Cívica da Ginástica

A situação política europeia e a deflagração da 1ª guerra Mundial contribuíram para o crescente peso da instituição militar na formação cívica dos cidadãos reabilitando o heroísmo guerreiro e evidenciando a necessidade de fortificar a saúde a coragem pela educação física e pela higiene.

Este novo imaginário, no qual se inscrevem as Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP), trouxe novas exigências. Educar a juventude segundo os valores da sociedade emergente, colocou-se como um novo imperativo. Este trabalho foi assegurado pelas tecnologias de poder a que Michel Foucault chamou *disciplinas*. Neste processo, temos a destacar o corpo como principal foco de disciplinar a mente.

O corpo nas SIMP fica sujeito a um aperfeiçoamento técnico de acordo com o novo imaginário social. A construção da identidade pelas SIMP encontra terreno fértil nesse novo objecto cultural que é o corpo. É aí que se vai inscrever a nova identidade que se pretende projectar. No corpo vai-se materializar todo o universo simbólico deste processo de construção histórica. Os corpos não são objectos naturais, neutros, a-históricos, pelo contrário, transportam códigos identitários através dos seus gestos, do seu porte, da sua aparência, das suas capacidades, quer dizer, das suas marcas, servindo para demarcar simbolicamente o grupo de pertença. Merleau-Ponty obriga-nos a pensar o corpo para além do tradicional dualismo cartesiano.

Este novo poder da SIMP atravessa o corpo e faz dele um novo objecto de saber. Este novo poder e saber impregnam-se nos corpos e gravam-se nas consciências. Com a nossa comunicação pretendemos analisar estas novas sensibilidades, como estas novas disposições da consciência vão servir para as pessoas se situarem no mundo social, ensinando-as a preferir.

Palavras-chave: corpo; disciplina; educação cívica; educação física; identidade.

The Gymnastics of the Civic Education. The Civic Education of Gymnastics.

The European political situation and the outbreak of the World War I contributed to the growing weight of the military institution in the civic training of citizens, thus rehabilitating the heroism warrior and highlighting the need to fortify the courage for the physical education health and for hygiene.

This new imagery, which includes the Preparatory Military Instruction Societies (PMIS), has brought new demands. To educate the youth according to the values of the emerging society a new imperative demand was needed. Such work was provided by the technologies of power that Michel Foucault called "disciplines". In this process, we emphasize the body as the main focus of disciplining the mind.

In the Preparatory Military Instruction Societies (PMIS) the body is subject to a technical development under the new social imagery. The construction of the identity by the PMIS finds a fertile ground in this new cultural object that is the body. It is there where the new identity is projected. It is the body that materializes all the symbolic universe of this historic process of construction. The bodies are not natural, neutral and a-historic objects, on the contrary, they carry identity codes through their gestures, size, appearance, their capabilities, that is to say, through their marks, serving symbolically in order to demarcate the group of belonging. Merleau-Ponty obliges us to believe the body beyond the traditional cartesian dualism.

This new power of the PMIS goes through the body and makes him the new subject to learn. This new power and knowledge impregnate the bodies and record in consciences. In our communication we want to examine these new sensitivities, for these new provisions will serve to awareness people of their place in the social world, teaching them how to choose.

Key words: body; discipline; citizen education; physical education; identity.

1. Introdução

“A Instrução Militar Preparatória constitui em todos os regimes democráticos a demonstração de educação cívica”

(António Granjo, *D.C.D.*, sessão n.º 35, de 18 de Outubro de 1920: 5).

A situação política europeia e a deflagração da 1ª Guerra Mundial contribuíram para o crescente peso da instituição militar na formação cívica dos cidadãos reabilitando o heroísmo guerreiro e evidenciando a necessidade de fortificar a saúde e a coragem pela educação física e pela higiene. Desta forma, os soldados, se por um lado, ficavam, através da educação cívica, mais aptos a cumprir os seus deveres de cidadãos e a ter consciência dos seus direitos, por outro, tornavam-se mais robustos através da ginástica educativa e da higiene na medida em que, se “a educação física se insere no trabalho mais amplo de regeneração, de protecção da vida e da saúde”, também “o discurso higienista foi decisivo para que surgisse o investimento na preservação dos organismos e na defesa da população” (Brás, 2008: 116).

Este novo imaginário, no qual se inscreve a Instrução Militar Preparatória (IMP), trouxe novas exigências. Educar a juventude segundo os valores da sociedade emergente, colocou-se como um novo imperativo. Este trabalho foi assegurado pelas tecnologias de poder a que Michel Foucault chamou *disciplinas*. Neste processo, temos a destacar o corpo como principal foco de disciplinar a mente.

O corpo na IMP fica sujeito a um aperfeiçoamento técnico de acordo com o novo imaginário social. A construção da identidade pelas Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP) encontra terreno fértil nesse novo objecto cultural que é o corpo. É aí que se vai inscrever a nova identidade que se pretende projectar. No corpo vai-se materializar todo o universo simbólico deste processo de construção histórica. Os corpos não são objectos naturais, neutros, a-históricos, pelo contrário, transportam códigos identitários através dos seus gestos, do seu porte, da sua aparência, das suas capacidades,

quer dizer, das suas marcas, servindo para demarcar simbolicamente o grupo de pertença. Merleau-Ponty obriga-nos a pensar o corpo para além do tradicional dualismo cartesiano. Perceber passa pelo corpo, é através dele que se compreendem as outras pessoas e se percebem as coisas. Nesta precisa medida, o simbólico é um sistema cognitivo e ao mesmo tempo serve de chave importante para a compreensão da cultura. Como bem refere Mesquita Lima (1983), o símbolo tem uma função pedagógica – ensina sempre.

Este novo poder da IMP atravessa o corpo e faz dele um novo objecto de saber. Este novo poder e saber impregnam-se nos corpos e gravam-se nas consciências. Com este texto, pretendemos analisar estas novas sensibilidades, como estas novas disposições da consciência vão servir para as pessoas se situarem no mundo social, ensinando-as a preferir.

Tomamos também como referente teórico o estudo de Goodson (1995) que caracterizou o currículo e as matérias escolares como sendo uma construção social. Deste modo, as disciplinas não resultam de meras opções culturais mas surgem permanentemente conjugadas com dimensões sociais e políticas. E a legitimação ou deslegitimação de determinadas disciplinas mostra como o currículo é um artefacto social e cultural com conhecimentos considerados socialmente válidos e cuja finalidade é produzir identidades e subjectividade sociais determinadas (Silva, 1996:79-85). É, neste campo de análise que, no nosso entender, se insere a institucionalização curricular da IMP que tinha implícitas “formas de regulação e padrões de controlo e de governo” (Silva, 1996: 95).

Neste *Caderno de Educação*, pretendemos, pois, abordar a centralidade, no discurso republicano, da Instrução Militar Preparatória - *uma disciplina da República e para a República* – que englobava a educação cívica, a ginástica e a higiene. A referida disciplina, ao corporizar três das valências curriculares do ideário educativo republicano, insere-se na concepção de “uma escola nacional onde uma raça se valoriza pela educação física e o carácter colectivo se vai definir por uma sólida educação cívica” (Decreto n.º 1561, de 7 de Maio de 1915). Com efeito, os fundamentos ideológicos e políticos que legitimaram esta área disciplinar assentavam na *regeneração da raça* - como na época, à luz do paradigma étnico, usualmente se dizia - pelo exercício racional da ginástica e pela prática regular e metódica de actividades físicas. E também no discurso higienista que

“pôs em marcha uma nova imagem de pessoa a qual implicou a realização de novos ajustamentos (...) e ditou uma nova relação de trabalho sobre si próprio” (Brás, 2008: 116), bem como na concepção de um «homem novo», *republicanizado*, consciente dos seus direitos e deveres cívicos, apto a defender e a amar a pátria.

2. A biopolítica do corpo

“A Educação Física dirige-se à alma através do corpo”

(Ganho, 1911:3)

“Ginástica – escola de moral e de civismo. A ginástica faz maravilhas na transformação, na regeneração física das crianças que para aqui vêm, faz maravilhas não menos grandes na sua formação intelectual e moral”

(Ferreira, 1916:3).

2.1. O corpo, o elemento de união e de incorporação do novo imaginário social

O corpo é eleito como mediador principal da aprendizagem. As circunstâncias sociais, em que ocorre a 1ª República e a IMP, funcionam como uma formação discursiva, determinando o que pode ser pensado. O corpo da criança é construído, é preparado para o desempenho de uma vida compatível com um novo imaginário social. Esta construção é montada como um problema político, possibilitando com isso esquemas de regulação que invadem a esfera privada.

É preciso pôr o corpo em estado de saúde e aptidão para intervir na vida. É nesta linha de pensamento que se integra o carácter formativo e patriótico do corpo na instrução militar. A par do mestre-escola - entendido como o *sacerdote laico da república* – que tinha a nobre missão de revitalizar a pátria, também o Exército era outro pilar em que assentava essa regeneração, pela actividade física e pela ginástica que lhe estavam particularmente associadas. Deste modo, pretende-se que a experiência do corpo na IMP se constitua como “o traço de união entre a escola e a caserna” porque o “adolescente ao sair da escola, obedecendo a outras necessidades imperiosas, descara

completamente tudo o que se chama preparação militar” (*BSIMP*, ano I, n.º 2, Junho de 1913:10).

De resto, a própria instituição militar - que estava a ser reestruturada por toda a Europa - carecia de um novo tipo de soldado, um mais robusto, bem preparado fisicamente, e mais instruído, com uma boa formação cívica. A instrução pré-militar¹ afigurava-se ser uma forma de ter indivíduos com preparação e destreza físicas e, simultaneamente, poder dar resposta, no caso de conflito, às necessidades de uma mobilização rápida, diminuindo, assim, o tempo de recruta e poupando dinheiro ao financiamento das forças militares. Como bem sintetizava o deputado Helder Ribeiro: “à medida que a IMP se for desenvolvendo e estabelecendo por todo o país, poderemos reduzir o número de semanas fixado para as escolas de recrutas das diferentes armas” (*D.C.D.* sessão n.º 126, 13 de Junho de 1913: 15). Norton de Matos², enquanto titular da pasta das Colónias, dizia no Parlamento que a IMP podia dar resultados e fornecer soldados nas condições de estarem só 4 meses nas fileiras (*D.C.D.* sessão n.º 45, 17 de Agosto de 1915: 3).

Um novo investimento no corpo é necessário. Para os adeptos da IMP, esta disciplina afigurava-se-lhes ser eminentemente social pois visava concomitantemente a formação moral e patriótica dos jovens e a preparação física. Deste modo, os soldados, se por um lado, ficavam, através da educação física, mais aptos a cumprir os seus deveres de cidadãos e a ter consciência dos seus direitos, por outro, ficavam mais robustos através da ginástica educativa. Que tinha como finalidade “o desenvolvimento, a conservação e o aperfeiçoamento do homem” e para se conseguir este desiderato, os instrutores deviam possuir noções elementares de anatomia e fisiologia para melhor conhecerem os efeitos fisiológicos dos diversos exercícios gímnicos (*BSIMP*, ano I, n.º 2, Junho de 1913: 11-

¹ A IMP terá tido a sua origem em Roma e na Grécia, onde se colocou o problema dos jovens chegarem ao Exército sem qualquer tipo de preparação o que levou Roma a obrigar os jovens a irem ao ginásio e a introduzir “o uso dos jogos, da luta e dos prémios” (*O Colégio Militar*, ano I, n.º 3, 9 de Junho de 1921).

² Em 1915, Norton de Matos foi nomeado Ministro das Colónias, “num período muito controverso pelas conseqüências que representava quanto à presença de Portugal em África e à própria soberania. Para defender essa posição advogou a participação de Portugal na 1ª Grande Guerra. Criou o Corpo Expedicionário Português num lapso de tempo tão rápido que por isso foi designado «o milagre de Tancos»” (Faria, 2004:15).

12). Este saber constitui-se como uma nova tecnologia política do corpo. Com ela quer produzir-se uma nova utilidade.

A instrução do soldado é recorrente em diversos artigos da imprensa em opúsculos e conferências. “É pela educação que se cultiva o patriotismo ardente, uma disciplina inabalável, o espírito militar desenvolvido na vida em comum e conhecimento recíproco dos chefes e subordinados, o que faz enraizar uma confiança mútua. E tudo isto para que se consiga a firme vontade de vencer” (Santos, 1913:6). Assim se expressava Correia dos Santos na 2.^a Conferência realizada na sala “Algarve” da Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 5 de Abril de 1913. Isto evidencia as relações de domínio sobre o corpo, as relações que tem que incorporar para se tornar força útil.

É preciso considerar que a Instrução Militar Preparatória (IMP) é, antes de mais nada, uma imagem. E é uma imagem formada e para ser vivenciada pelo corpo. O corpo produz, por um lado, imagens que correspondem a modelos sociais, culturais e históricos e, por outro, incorpora-as através da exercitação do sistema nervoso. É importante conhecer as experiências corporais das crianças para se saber como elas tomam consciência e formam o conhecimento sobre o mundo.

A imagem do corpo alimenta-se de matérias simbólicas e estão relacionadas com o imaginário social histórica e socialmente situado. Como refere Breton (2006:31), “o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo simbólico.” De acordo com o mesmo autor, nas “sociedades relativamente tradicionais e comunitárias o corpo é o elemento de ligação da energia colectiva e, através dele, cada homem é incluído no seio do grupo”.

Para Lima (1983:50-51), o símbolo possui uma função pedagógica. Nós vivemos num espaço imagético, e os seres falantes que nele habitam (os símbolos), ensinam sempre. Por isso Lévi-Strauss (1974) bem nos chamou a atenção para o problema da cultura e do simbólico. Eliade (1991:23) sublinha que a “mais pálida das existências está repleta de símbolos”. A compreensão da cultura não pode ser feita sem considerar o espaço das linhas de força do simbólico. Os símbolos nacionais e políticos (ou outros) não fogem deste entendimento. Os símbolos colectivos, que mais não são do que objectos culturais, ao traduzirem a representação de um grupo em ascensão (ou dominação), exprimem por sua vez o seu trajecto histórico e os valores de referência para uma nova

inclusão (nosso grupo). O seu carácter imagético evoca uma identificação colectiva, despoleta sensações e emoções que convidam à adesão.

E, no mundo moderno, diz-nos Anderson (1993: 22-23), todos têm uma nacionalidade, assim como todos têm um sexo. Nação é “una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana. Es imaginada porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no lo verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pêro en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión.” Esta passagem tem particular importância porque para que exista na mente das pessoas há um trabalho que não pode deixar de ser feito. Este trabalho de ligação entre o cidadão e o soberano, ou entre governados e governantes, de inculcação de direitos e deveres, podemos entendê-lo por cidadania (Cordelier, 1998: 15-22). Sem uma dose considerável desta unidade mental (cultural) entre habitantes e Estado (e suas leis), qualquer sociedade tenderia a desintegrar-se.

A imagem corporal, inculcada através de sensações (fenomenologia da percepção) serve para se ganhar consciência e identidade. O corpo sujeito a um campo de forças, consciencializa um certo lugar na sociedade, um certo modelo de homem. A consciência incorpora as forças, as qualidades a que estas fazem apelo, o que deve ser cuidado e desenvolvido, e o que deve ser esquecido e desvalorizado. A percepção do jogo de forças a que o corpo está submetido ajuda a aprender a ser certo tipo de homem (ou de mulher). Existe uma fusão entre a imagem que se projecta e a imagem que se capta e vivencia. Por isso podemos falar da existência de um *printing* de sensações advindas do mundo social, que estão relacionadas com o quadro de valores dominantes. O corpo como bom aprendiz, capta toda esta variedade de apelos e aprende a ocupar o seu lugar na sociedade. Cada um de nós aprende a ser um corpo, quer dizer, a adquirir/desenvolver as qualidades que estão de acordo com o modelo social que é defendido (idade, sexo, classe social).

Como refere Merleau-Ponty (1999:28), “o visível é o que se aprende com os olhos, o sensível é o que se aprende pelos sentidos”. É preciso captar a inteligibilidade do que pensamos saber o que é sentir, ver e ouvir. Não podemos pensar o organismo como um sistema físico. O valor expressivo do que fazemos e sentimos tem um significado que não pode ser reduzido a um estímulo meramente físico, mecânico, afastado da

consciência. O que fazemos não pode ser mais explicado pelo padrão mecanicista da física ou pelo padrão funcionalista da fisiologia. Daí que James (1999: 212-213), na linha de Armstrong nos diga que o corpo é um produto da percepção. Ele é diferente se a percepção for outra. O corpo é uma construção, invenção, classificação ou representação. Na sua perspectiva, o corpo devia ser visto como uma forma de conhecimento socialmente construído, que é no entanto moldada pelas circunstâncias da sua produção. Este é o problema da proveniência de que nos fala Foucault (2005). É a proveniência que permite entender as marcas diferenciais (o que somos) que se entrecruzam formando uma rede difícil de desembaraçar. A proveniência relaciona-se com o corpo porque se instala no sistema nervoso, no que fazemos, nas capacidades que valorizamos, nas actividades que desenvolvemos, com o que nos distraímos, nos músculos que fazem rir ou chorar...

O corpo é uma totalidade. A maneira, como os diferentes elementos (que poderemos chamar estrutura) se relacionam, expressa uma totalidade. Esta totalidade é que tem uma significação, uma qualidade, sendo precisamente as diferentes dimensões do mesmo ser que a faz diferenciar, e não apenas por ter uma componente material. É a totalidade que se demarca, e não qualquer um dos factores que a integra isoladamente. Esta totalidade é indivisível, não é susceptível de ser decomposta ou reduzida ao seu elemento visível (material). Tudo joga como uma estrutura de relação, uma estrutura simbólica (Chauni, 2002: 230-247).

É, neste campo de forças, que temos que perceber o corpo. Esta relação é de luta, de tensão, tendo em vista umas forças mandarem (activas) e outras forças obedecerem (reactivas)³. O corpo nasce desta interacção. Não é só químico, biológico. É também social, cultural e político. Esta mistura é que faz dele um fenómeno multifacetado. Esta relação de forças que fazem com que umas dominem as outras, é entendido por Foucault por *disciplina*. Diz o autor “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as *disciplinas*. Muitos processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também”. Ora, a IMP é um tipo particular de disciplina que para nós tem interesse analisar.

³ Apesar de serem forças reactivas não deixam de ser forças.

O cenário da 1ª Guerra Mundial⁴ propiciou a necessidade de incrementar a IMP. Recentremos o olhar sobre os normativos que promulgaram esta disciplina.

3. A criação da Instrução Militar Preparatória

Na Primavera de 1911, poucos meses após a implantação do regime republicano, o *Diário do Governo* publica o decreto com força de lei de 26 de Maio desse ano que regula as vantagens da IMP a ministrar a todos os mancebos antes de atingirem a idade de recrutamento⁵.

O diploma, promulgado pelo ministro da Guerra do Governo Provisório, António Xavier Correia Barreto⁶, enuncia no seu art. 1.º as finalidades que presidiram à criação desta disciplina:

“A instrução militar ministrada aos mancebos, antes de atingirem a idade do recrutamento e serem incorporados nas unidades de tropa, tem por fim facilitar a sua preparação como soldados durante as escolas de recrutas, e permitir que a duração dessas escolas seja reduzida o mais possível, sem prejuízo para o valor e solidez do Exército” (*D.G.* de 27 de Maio de 1911).

Este decreto - seguindo como modelos inspiradores os exemplos de países como a Prússia, Japão, França, Suíça e Alemanha - desenha uma ideia de escola associada à do Exército a fim de “educar a nação para o serviço das armas e da defesa da pátria” (*D.C.D.*

⁴ A Alemanha declarou guerra a Portugal a 19 de Março de 1916.

⁵ Foi João Franco que promulgou pela primeira vez no nosso país, a IMP, pelo decreto de 27 de Junho de 1907. Para mais informações sobre este diploma, consulte-se Brás (2006:477-478). De notar que, em França, os exercícios militares foram introduzidos no plano de estudos das escolas normais em 1881 e nas escolas primárias masculinas em 1882 (Buisson, 1911: 518).

⁶ António Xavier Barreto formou-se na Escola Politécnica tendo sido um químico afamado e inventor da pólvora sem chumbo. Em 1910, é ministro da Guerra do Governo Provisório e, nesta qualidade, cria a IMP e os Pupilos do Exército, entre vários outros diplomas que assina integrados na reforma das Forças Armadas, efectuada a 25 de Maio de 1911. Em 1913, pertence ao Senado e, em 1915, é eleito seu presidente, cargo que também ocupava em 28 de Maio de 1926. Foi ainda presidente da Câmara Municipal de Lisboa e um alto dirigente da Maçonaria. Para mais informações sobre o perfil biográfico deste Fundador dos Pupilos do Exército, consulte-se (Pinto, 2000: 54-56).

sessão n.º 123, de 30 de Maio de 1912: 13), segundo a terminologia do deputado Cunha Macedo.

É no auge deste entusiasmo pela criação da IMP que um articulista do *BSIMP*, o tenente José Valdez, escreveu com regozijo:

“Bem procedeu, pois, a República, cónscia dos altos papéis que tem a desempenhar para a conquista das liberdades humanas, em se revigorar e fortalecer, criando cidadãos fortes e capazes de a defenderem à *outrance*, e assim, tendo instituído a IMP, um grande passo conseguiu dar na brilhante senda do seu futuro, e bem haja todos aqueles que a ela se têm dedicado” (*BSIMP*, ano I, n.º1, Maio de 1913:3).

Com efeito até à I Guerra Mundial generaliza-se, na discursividade pedagógica da formação cívica, o conceito de cidadão-soldado, aliado à manifestação do patriotismo e do nacionalismo típicos do ideário republicano. A circular do ministro da Guerra de 4 de Dezembro de 1910 revela bem a ideologia do novo regime acerca do soldado que “é hoje um cidadão consciente e uma das células sociais do organismo chamado nação”. Estas novas experiências do corpo agem como importantes significantes para a identidade nacional.

Já antes de implantada a República, a apologia do ensino militar foi objecto de referência no Parlamento. O deputado Rodrigues da Costa, para justificar a necessidade de introdução do ensino militar no currículo, recorre a “homens distintíssimos, nomes europeus, apóstolos da instrução, talentos de superior quilate, como Paul Bert, Henri Martin e outros”. E para legitimar a sua fundamentação, lê um excerto de Paul Bert (ideólogo da política educativa da III República francesa), interpelando enfaticamente o hemiciclo:

“Desde já peço desculpa à Câmara de ter de fazer algumas citações e leituras a propósito, mas de certo não será a minha palavra, que é pobre, que produzirá a convicção; julgo da mais alta importância a indicação do parecer de autoridades competentes, que todos respeitaremos. Quer a câmara saber o que dizia Paul Bert a respeito do ensino militar? É isto: «A educação militar é ainda mais importante do que a educação civil, porque se desta pode depender a fortuna e a liberdade do país, da educação militar pode depender a sua existência e a sua honra. É muito bom certamente saber manejar

as armas; sei que há muitas pessoas a quem isso satisfaz por verem nos exercícios militares uma feliz aplicação da higiene e um caso particular da ginástica. Mas eu vejo mais; vejo primeiro a aprendizagem da disciplina, que inspira o respeito pela lei, e, em seguida, o profundo ensinamento de que a obediência deve nascer do sentimento do dever, e não do temor do castigo. Não, o espírito militar não é um perigo para a liberdade. Nas livres repúblicas da antiguidade todos eram soldados, à excepção dos escravos»” (*D.C.D.*, sessão n.º 42, 12 de Março de 1883: 645).

E, na mesma sessão parlamentar, felicita o deputado Luís Jardim por este ter apresentado, na sessão de Janeiro de 1883, um projecto-lei que incluía as três componentes da educação (moral, física e intelectual) explicitando as valências globalizantes da educação física:

“Artigo 21.º A instrução do segundo grau (complementar ou profissional) para o sexo masculino abrange a educação moral, a educação física e a educação intelectual.
Artigo 22.º A educação física consta de ginástica, carreira e exercícios militares, luta com preceito, jogo de malha, jogo de bola e de barra, canto coral e exercícios vocais” (*D.C.D.*, sessão n.º 42, 12 de Março de 1883: 645).

Por sua vez, o deputado Cunha Belém defende a obrigatoriedade da educação física⁷ e do ensino militar, nos currículos liceais. E, para legitimar e credibilizar esta sua proposta, lê também uns trechos de um livro militar, que diz ter recebido há poucos dias de Paris, escrito pelo general Farre, que fora ministro da Guerra em França:

“O desenvolvimento do oficial inferior tem como ponto de partida a educação do soldado, e esta pode adiantar-se com a educação militar, que neste instante nos estamos esforçando por dar nas nossas escolas com um entusiasmo, que nos não cansaremos de aplaudir. É essa educação, verdadeiramente nacional, que há-de desenvolver na criança todos os predicados morais, e excitar esse valor individual, que tão precioso é nos soldados, que são filhos da democracia francesa. Não basta ensinar às crianças a ginástica e os exercícios que são próprios para desenvolver-lhes as forças físicas, é necessário que, no ensino cívico, as instruem cuidadosamente no patriótico dever do serviço militar” (*D.C.D.*, sessão n.º 42, de 12 de Março de 1883: 647).

⁷ A educação física só foi instituída no ensino liceal, pela reforma de 29 de Agosto de 1905. Para aprofundar esta questão, consulte-se Brás (2006: 449-469).

A argumentação mobilizada por Cunha Belém para defender o ensino militar nas escolas ancorava-se essencialmente no pensamento educacional francês, e baseava-se, *grosso modo*, na ideia de inculcar aos jovens a defesa da pátria e o sentido da disciplina, do dever e do respeito pelas leis.

Antes de concluir a sua prelecção, o referido deputado elogia o contributo de Elias Garcia que, na qualidade de vereador republicano do pelouro da instrução, na Câmara Municipal de Lisboa, instituíra o ensino militar e os batalhões escolares⁸. Façamos aqui, um breve parêntese, sobre os batalhões escolares que iriam constituir um exemplo para propostas de formação militar posteriores, designadamente dos republicanos. Como é sabido, a Revolução Francesa criou os *bataillons de l'espérance* que foram reactualizados em França, pela III República quando Jules Ferry, secundado por Paul Bert, assumiu a pasta da instrução (desde 4 de Fevereiro de 1879 a 17 de Novembro de 1883). A Instrução Militar foi instituída em França nas escolas normais e primárias, respectivamente pelos decretos de 3 de Agosto de 1881 e de 27 de Julho de 1882⁹. Na perspectiva de Paul Bert, os referidos batalhões escolares visavam simultaneamente a “*préparation du corps à travers les exercices gymnastiques et militaires, et l'hygiène (...)* pour arriver à la trempe morale de l'enfant”. Daí que considerasse importante a sua organização “*depuis nos grands lycées jusqu'aux moindres villages*” (Paul Bert, cit. por Buisson, 1911: 231).

No nosso país, esta iniciativa foi levada à prática pelo então deputado republicano e vereador do município de Lisboa, Elias Garcia, apoiado por Teófilo Ferreira. O 1º batalhão escolar desfilou pela primeira vez em 24 de Agosto de 1882. Rodrigues da Costa, entusiasmado, escrevia na revista *Froëbel*: “O batalhão escolar lisbonense, que hoje apenas é modesta tentativa, será esperançosa e aplaudida realidade amanhã, e constituirá sempre para a história o início, a aurora, duma grandiosa instituição nacional”

⁸ Já depois de implantada a República, Feio Terenas elogia também os batalhões escolares das escolas centrais de Lisboa, no tempo em que o pelouro da instrução municipal era dirigido pelo chefe republicano Elias Garcia (*D.S.R.* sessão n.º 77, 11 de Abril de 1913: 12).

⁹ Quer os batalhões escolares quer o ensino militar denotam uma explícita influência francesa. Sobre a influência francesa no pensamento educacional português, consulte-se o nosso artigo Brás e Gonçalves (2008b).

(*Froëbel*, 1883, ano II, nº 13:99). Para Borges Grainha, que sublinha o carácter maçónico desta experiência, é graças aos batalhões escolares que as crianças, “recebiam uma educação física e militar que fazia o encanto do povo dessa época” (Grainha, 1976:188). É que, como lembra Catroga (2000 [1991]: 243-244), os batalhões escolares concretizavam tanto objectivos militaristas como de índole lúdica e cívica, pois, nos seus desfiles, punham em cena a aplicação simbólica de alguns dos valores mais caros ao republicanismo, nomeadamente a integração sociabilitária das diversidades sociais através da criação de momentos de comunhão colectiva à volta da ideia, explícita ou sugerida, de pátria.

Contudo, nem o poder político monárquico acolheu com entusiasmo esta experiência nem tão pouco alguns pedagogos¹⁰, como é o caso, por exemplo, de Adolfo Coelho (1911:7-29): “Triste ironia! Nós tínhamos exactamente ido copiar de França os batalhões escolares” os quais, segundo o seu próprio testemunho, foram logo chamados “por escárnio – o *batalhão batata*, o que equivalia chamar aquilo uma palhaçada”. Este pedagogo não vê qualquer vantagem em iniciar na escola a preparação do soldado, pois, no seu entender, os exercícios físicos, desfasados da evolução corporal e mental das crianças, “imbecilizavam os rapazinhos”. Não surpreende, por isso, que Dias Ferreira a 6 de Maio de 1892 extinguisse os batalhões escolares.

Porém, em 1907, num clima de euforia nacionalista e belicista que corria pela Europa, o então ministro da Guerra, António Carlos Coelho Vasconcelos Porto, do governo de João Franco, tentou introduzir a IMP pelo decreto de 27 de Junho de 1907, se bem que não tivesse chegado a ser implementada.

Foi só com a República, pelo decreto de 26 de Maio de 1911, que a IMP foi, como já referimos, inscrita nos programas de ensino a qual previa um esquema gradativo, que ia desde o ensino primário elementar até à entrada no serviço militar obrigatório.

De facto, o mito do homem novo preconizado pela elite antidinástica corporiza, pois, o espírito da educação cívica, da robustez física e da defesa da pátria. Neste sentido, João de Barros apelava aos professores primários para que “na moral educativa não falem esses dois elementos: higiene do corpo, para dar saúde física, robustez e equilíbrio; higiene da alma para que um vivo clarão de orgulho sério e de crença na vida

¹⁰ Sobre a polémica despoletada pela IMP, veja-se Pintassilgo (1998: 209-214) e Brás e Gonçalves (2008a).

ilumine todas as acções e faça frutificar todos os ideais” (A Federação Escolar, n.º 127, 2 de Agosto de 1914).

Durante a I República, surgem inúmeros textos, de registos de escrita diversos, a enaltecer a cultura física:

“A cultura física é a arte de cultivar o corpo humano com o fim de obter a melhor saúde e aperfeiçoamento possíveis para o melhoramento de uma raça. A beleza indica ao mesmo tempo: saúde, força, agilidade e energia.

A cultura física é ainda o conjunto de processos capazes de desenvolver o corpo humano de modo a pô-lo em estado de executar os movimentos mais necessários para a vida, a saber: correr, saltar, trepar, etc. A cultura física, diz ainda um escritor francês, não é senão o emprego conveniente de todo o organismo musculado” (O *Colégio Militar*, ano II, n.º 6, 4 de Fevereiro de 1922).

É que, face a uma recorrente discursividade sobre a decadência nacional, “o exercício físico, que era marginalizado, passa, com este discurso, a ser apresentado como via de salvação”, contribuindo para “a regeneração da raça em decadência, o que em última análise quer dizer, para salvar o país”, sendo fundamental operar uma “ruptura com o tipo de educação tradicional que era ministrada” (Brás, 2006:243).

4. A educação cívica produzida no interior do corpo pelo funcionamento do poder da ginástica

O cidadão ideal é formado de modo a ser capaz de defender a comunidade pelas armas e ao mesmo tempo sentir-se ligado emocionalmente (laços de amizade). Educar esta sensibilidade pressupõe um currículo compatível com este desígnio. Daí a importância política e cultural da IMP.

Para formar uma comunidade de afeição com estas características, seleccionou-se um currículo que permitiu uma prática permanente da ginástica e da educação cívica. Segundo o Regulamento do Decreto de 26 de Maio de 1911, que criou e regulamentou a IMP, esta disciplina divide-se em dois graus: o 1º grau é aplicável aos rapazes desde os 7 anos até aquele em que completam os 17 a 1 de Janeiro. E compreende a educação cívica, ginástica e canto coral. Depois dos 10 anos é obrigatória e os professores, no sentido de estimularem sentimentos cívicos e patrióticos, devem organizar festas patrióticas e cívicas, com exercícios de ginástica, desportivos, e canto coral. Médicos militares ou civis podiam fazer palestras sobre higiene e educação cívica.

Este grau podia ser leccionado em escolas oficiais ou particulares por professores de instrução primária, secundária, profissional e instrutores de ginástica. Assim, “o ensino da educação física começa na idade em que os mancebos são admitidos nas escolas de instrução primária, e prolonga-se até aos dezasseis anos, por meio de programas convenientemente graduados e adaptados à idade e ao desenvolvimento físico e intelectual dos alunos” (D. G. 27 de Maio de 1911).

O 2º grau é aplicável desde os 17 anos até à idade de recrutamento e incorporação no Exército “quando os mancebos já estão fisicamente aptos para os exercícios que mais se aproximam das futuras exigências e durezas do serviço militar” (D. G. 27 de Maio de 1911). Deste modo, compreende exercícios de tática, tiro ao alvo, equitação, ginástica e educação cívica e noções militares.

Segundo a Lei n.º 623 de 23 de Junho de 1916¹¹, este grau era ministrado por instrutores militares podendo a ginástica ser ensinada nas sociedades de ginástica e nos

¹¹ Esta lei, publicada no *Diário do Governo* n.º 126, de 23 de Junho de 1916, foi o resultado do Projecto de lei n.º 387, de 1916, apresentado pelos deputados João Pereira Bastos e Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, na Câmara dos Deputados (sessão n.º 54, de 16 de Março de 1916) e no Senado (sessão n.º 94, de 20 de Maio de 1916). O projecto é aprovado sem discussão na generalidade e na especialidade. Segundo esta Lei, foi criada uma Comissão Central de Propaganda e Orientação da IMP, que funcionava em Lisboa.

institutos de ensino. Os mancebos do 2.º grau estavam sujeitos aos preceitos de disciplina militar que forem fixados no regulamento disciplinar da IMP. Com os exercícios do 2.º grau da IMP, os mancebos poderiam obter o diploma de aptidão militar se fossem aprovados num exame que englobava (i) Educação Cívica; (ii) Educação Física; (iii) Tiro; e (iv) Exercícios militares.

Segundo esta Lei nº 623, foi criada uma Comissão Central de Propaganda e Orientação, da IMP, que funcionava em Lisboa, e com a seguinte composição: presidente: o Ministro da Guerra; vice-Presidente: um general do activo ou da reserva; vogais (um funcionário do Ministério de Instrução; um funcionário do Ministério do Interior; um delegado da Câmara Municipal de Lisboa; um delegado do Ginásio Clube Português; dois delegados das direcções das SIMP, com sede em Lisboa; um delegado do Ministério da Marinha; dois oficiais superiores do exército; um capitão do exército.

A duração lectiva da IMP coincidia com as restantes disciplinas do currículo (início em Outubro e conclusão no fim de Julho) e a distribuição da carga horária consistia numa lição por semana (domingo ou dia de descanso semanal) para os rapazes que não frequentassem a escola e duas lições por semana de ginástica e instrução militar para os alunos das escolas¹².

Sobre os locais de funcionamento da IMP, o ensino do 1º grau era disseminado por todos os concelhos e paróquias e funcionava junto das escolas, dos quartéis e campos de instrução militar. O 2º grau era ministrado nas sedes dos quartéis ou das unidades das tropas, nas sedes das escolas oficiais ou particulares quando possuíssem as condições indispensáveis, junto das carreiras de tiro e nas SIMP.

O processo de corporização ganha relevância nos diversos pormenores que marcam as diferenças que são assinaláveis. O Regulamento de 19 de Agosto de 1911 estipulava a Caderneta da Mocidade que contemplava o conjunto das indicações respeitantes ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do jovem e que constava de três partes: sanitária, fisiológica e psicológica. A recomendação feita no sentido de se adoptar a Caderneta da Mocidade e o interesse pelos dados estatísticos está relacionada com a preocupação pelo robustecimento do organismo. O registo dos dados relevantes permitiam fazer um acompanhamento mais seguro do desenvolvimento que se quer

¹² Sobre os conteúdos programáticos da IMP, consulte-se Brás (2006: 517).

projectar¹³. Este conhecimento do corpo é uma experiência de significado que resulta da interação do simbólico e do social. As diferenças (e as marcas de igualdade-uniformidade) são incorporadas mediante o que Bourdieu denomina de *habitus*. Desta maneira os valores são assimilados através de práticas incorporadas, através do que Merleau-Ponty designa por *experiências viscerais*. Através dos corpos vivenciam-se práticas de igualdade e de diferenciação que são moldadas pela cultura da IMP.

Entende-se que o processo de inculcação tem que ser sabiamente conduzido e potencializado. Para que o capital cultural seja ao máximo aproveitado, não se pode deixar a apropriação ao acaso. Segundo o major Desidério Beça (s/d), era imprescindível, para se obter a unidade de ensino, escolher o método de educação física. Optou-se pelo método de Ling, seguido, por exemplo no Colégio Militar, e cujos resultados aquele estabelecimento tinha evidenciado em provas públicas, e em fotografias que obtiveram prémio no último Congresso de Educação Física de Paris. Para se cumprir a dita unidade, fez-se uma larga distribuição do livro do Capitão Moreira Sales, professor de Educação Física no referido Colégio. O problema de se querer dar unidade às práticas vai fazer com que se verifique uma aproximação entre o Ministério da Instrução, da Guerra e da Marinha¹⁴ para que coordenem as acções de cada um, de modo a não desperdiçar esforços e a tornar mais fácil atingir o grande objectivo. No sentido de operacionalizar a IMP, Desidério Beça considera que deve haver uma estreita acção entre os três ministérios e uma cooperação profícua do professorado com os instrutores militares. E, com o objectivo de preparar os docentes para a leccionação da IMP, foi enviada uma comissão à Escola Normal de Ginástica e Esgrima de Joinville-le-Pont. Sob os auspícios desta comissão, realizaram-se diversos cursos, a saber: na Escola de Tiro de Infantaria em Mafra (cursos de ginástica aplicada e esgrima de baioneta para oficiais instrutores e sargentos monitores); cursos para professores (cerca de 1000 professores), para algumas professoras e para outros militares. Algum tempo mais tarde, na sua condição de senador, Desidério Beça recordará que, dirigindo naquele tempo uma Repartição no Ministério da

¹³ Para aprofundar esta questão, consulte-se Brás (2006: 518-521).

¹⁴ Da aproximação dos três Ministérios vai resultar a nomeação de uma comissão para elaborar, ao que se chamou, um *Manual ou Regulamento Completo de Ginástica*. Para mais informação sobre esta temática, consulte-se Brás (2006: 522).

Guerra, teve ocasião de constatar que, da parte desses professores, houve sempre a melhor vontade em levar a cabo essa obra (*D. S. R.* sessão n.º14, 6 de Janeiro de 1920: 6). Sem a participação destes agentes, o processo de corporificação ficaria ameaçada. Por isso, todo este investimento na formação.

Veja-se também que a iniciativa se alastra para além da colaboração entre os Ministérios da tutela. A este propósito Desidério Beça sublinha igualmente o mérito do curso de aperfeiçoamento de Educação Física organizado pela Câmara Municipal do Porto e dirigido por Gomes de Oliveira. A concepção que preside a este curso assenta em lições práticas de ginástica articuladas com conhecimentos teóricos dados sob a forma de palestras. A título de exemplo, regista-se que foram dadas lições na Escola Normal do Porto cujo programa constava dos seguintes itens: “Importância da educação física; Fim da ginástica pedagógica; Sistema Ling (ginástica sueca); Princípios em que se baseia este sistema; Exercícios ginásticos - Exercícios de ordem, Posições fundamentais, Famílias de exercícios (pernas, braços, cabeça, extensão dorsal, suspensão, equilíbrio, dorsais, abdominais, laterais, marchas e corridas, saltos, exercícios respiratórios) -; Composição das lições; Disposição a tomar para o ensino; Maneira de ensinar” (Beça (s/d):105-106).

A importância atribuída a este processo, leva-o, na qualidade de senador, a dizer na Câmara que a IMP é uma das leis de mais largo alcance da República, por visar a valorização da raça, constituindo a base essencial da organização do exército, possibilitando o mínimo de permanência nas fileiras, não desviando “por muito tempo o cidadão da actividade nacional” (*D.S.R.*, sessão n.º 32, 19 de Agosto de 1919: 8).

O poder sobre o corpo não deixou de se exercer sem esquecer o seu respectivo suplemento punitivo. Se consultarmos o regulamento da IMP podemos verificar que as penalidades previstas contemplam: “Pelas faltas dos alunos às sessões de instrução são responsáveis os pais, tutores, pessoas que os tenham ao seu serviço ou impeçam de comparecer. Incurrendo nas mesmas penalidades que são determinadas em relação a faltas às aulas de instrução primária (art. 19º). E “os rapazes maiores de 17 anos, que em cada ano faltarem sem motivo justificado a 5 sessões de instrução, são punidos nos termos da lei do recrutamento, com a multa de 5\$000 réis. Por cada falta além das 5, pagarão 1\$000 réis até ao número de 15 faltas; cada falta a mais, além destas, será punida com 2\$000 réis de multa (art. 44.º). E em 1919, o então Ministro da Guerra manda para a

mesa uma proposta de lei com vista a aplicar multas aos mancebos da IMP, por faltas à instrução (*D.C.D.* sessão n.º15, 19 de Dezembro de 1919: 21).

Tal como a arte de esculpir pedras, também aqui neste longo processo de aprendizagem, o corpo útil vai-se compondo lentamente através de controlos minuciosos – no treino, nas cerimónias, no aprumo, no respeito pela autoridade, na vigilância, nas destrezas, no manuseamento da força moral...

5. A apropriação do mundo através da função simbólica da Instrução Militar Preparatória

A IMP reveste-se de uma natureza social e simbólica, que procura divulgar valores e normas. O alcance que é dado à IMP adquire uma dimensão simbólica. O que se pretende não é só uma prática, mas fazer dessa prática uma aprendizagem simbólica. Os símbolos são de diversa ordem (cinestésicos, visuais, auditivos,...) mas todos eles se alojam na memória. E pensar, dirá Norbert Elias (1994:70), não é mais do que a capacidade humana de activar símbolos. Ora as aptidões que se pretendem desenvolver só ganham valor e significado quando relacionados com a função social que se quer atribuir. É o símbolo e a alma da nação que estão em causa. Esta alma nasce da prática, nasce do conhecimento a que essa prática conduz, nasce do acesso a que o símbolo conduz. Desta maneira ultrapassa-se o tradicional dualismo corpo-mente, objectivo-subjectivo, natureza-cultura.

Enquanto projecto de significação e mecanismo de aprendizagem, muitos são aqueles (articulistas, pedagogos e políticos), que defendem a introdução da ginástica e da educação cívica nas escolas. Muitos são os benefícios da intenção socializadora que se pretende atingir com a institucionalização da *praxis* de significações da IMP.

Elias Garcia assinava, já em 1882, na revista *Froëbel*, um artigo precisamente intitulado *A instrução militar na escola primária e no liceu*, onde se congratula pelo facto da Câmara Municipal de Lisboa contemplar, desde o ano de 1875-76, uma verba no seu orçamento para diversas despesas da escola, e, entre essas despesas, figurar a que se destina ao ensino da ginástica e instrução militar. Neste sentido, sublinha com

entusiasmo: “Folgamos em ver patrocinada a ideia de introduzir a educação física e militar na escola primária. E estimaríamos apenas que ao ser iniciada encontrasse o favor, que hoje lhe dispensam” (*Froëbel*, ano I, n.º 7, 1 de Setembro de 1882:51).

Feio Terenas sustenta no Senado o contributo da educação militar para fazer “ótimos soldados e convictos patriotas, entusiasticamente aptos e dispostos para repelirem estranhos que, algum dia, se arrojem a invadir a nossa terra”. E recorda, com saudade, os batalhões escolares, das escolas centrais de Lisboa, no tempo em que o pelouro da instrução municipal era dirigido pelo chefe republicano Elias Garcia. Sobre esse período, dirá com emoção: “Foi essa uma bela e feliz época para o fomento da instrução popular na capital!” (*D.S.R.* sessão n.º 77, 11 de Abril de 1913: 12).

Na mesma linha de pensamento, um articulista d’ *A Federação Escolar* considera a educação cívica e a ginástica importantes “para a cultura física da criança”, para a “aquisição de hábitos de ordem e de disciplina” e para a “obtenção da educação do carácter, da vontade e da energia do aluno” (*A Federação Escolar*, n.º 127, 2 de Agosto de 1914).

Para António Aurélio da Costa Ferreira, então director da Casa Pia de Lisboa, no discurso que significativamente intitulou *Ginástica-escola de moral e de civismo*, a IMP é um meio excelente de educação cívica por meio da qual se fundamenta a “aquisição das virtudes, das qualidades indispensáveis para ser bom cidadão e bom soldado” (Ferreira, 1917: 8). E vê também uma influência benéfica do ensino da ginástica na medida em que os alunos, ao executarem os exercícios gímnicos, “apuram os sentidos, educam a atenção, regulam a vontade, exercitam a inteligência porque têm de interpretar as vozes de comando” (Ferreira, 1917: 5). É igualmente um elemento fulcral na regeneração física das crianças e juntamente com a educação cívica “faz maravilhas na sua formação intelectual e moral” (Ferreira, 1917: 4). É, neste pressuposto, que o orador reitera que a “ginástica é um meio excelente de educação cívica” (Ferreira, 1917: 4). No que respeita ao contributo destas duas disciplinas na preparação do soldado e do cidadão, o conferencista não hesita em afirmar que é cultivando o espírito de disciplina e de obediência, que se prepara o “bom soldado” - o qual, uma vez nas fileiras, obedece, com o menor esforço - e o “bom cidadão” - o qual, uma vez na sociedade, acata as leis.

Por sua vez, o senador Gaspar de Lemos enfoca os benefícios da IMP na vida militar do país, no combate ao analfabetismo, na preparação física e cívica dos cidadãos, e na disciplina social da nação (*D.S.R.* sessão n.º 37, 4 de Fevereiro de 1916: 3). Estas mesmas vantagens são explanadas com profusão pelo *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória (BSIMP)*, que destaca os exercícios como “marchar, saltar, trepar, lançar pesos e elevá-los e nadar”. É neste sentido que insiste na finalidade da ginástica “desenvolver as qualidades inatas do homem, tornando-o apto para sempre e em qualquer ocasião, poder executar com facilidade os movimentos úteis indispensáveis à sua conservação ou à sua defesa” (*BSIMP*, ano I, n.º 2, Junho de 1913: 12). Idêntica

opinião é sustentada por Desidério Beça sobre a IMP na tese apresentada no 1.º Congresso Nacional de Educação Física realizado em Lisboa em Junho de 1916¹⁵.

A educação física, como lembrava o senador José Pontes, “forma o homem; depois de formado ele vai aqui e além mostrar quanto vale, indo para lá fronteiras afirmar vigor, energia e força física” (*D.S.R.* sessão nº17, 24 de Março de 1922: 15). E, numa longa interpelação que faz ao então ministro da Instrução, Augusto Nobre¹⁶, exorta-o “a reunir todas as colectividades desportivas” e “fazer com que nas escolas seja obrigatório o ensino da ginástica”, se “seleccionem os professores” e se “eduque o professorado” (*D.S.R.* sessão nº17, 24 de Março de 1922: 15).

Por sua vez, o deputado Pires Monteiro salienta que foi devido à IMP que o país conseguiu mobilizar um corpo de exército para tomar parte na Grande Guerra (*D.C.D.* sessão n.º 118, 2 de Julho de 1923:22).

Perto dos finais da I República, o então ministro da Guerra, Ribeiro de Carvalho, reiterou que não pensa em “suprimir a IMP mas assim desenvolvê-la e torná-la mais eficaz” (*D.C.D.* sessão n.º 17, 9 de Janeiro de 1924: 6). E em 1926, dois senadores Ferreira de Simas e Álvaro de Mendonça erguem a sua voz no Senado em prol da IMP. Ferreira de Simas, ao considerar o exército como “uma escola de regeneração da raça”, e um meio para melhorar o estado físico dos adolescentes, apela ao ministro da Guerra para que “atenda à educação física e às medidas da higiene” de forma a tornar os “cidadãos robustos quanto possível” (*D.S.R.* sessão n.º 59, 19 de Maio de 1926: 10). No mesmo ângulo de análise, Álvaro de Mendonça entende que o desenvolvimento físico deve ser adquirido antes de o indivíduo ir para as fileiras, quer seja através da educação física quer seja através da IMP as quais devem ter “o seu lugar na escola, ou nos sítios onde possa ser feita progressivamente” (*D.S.R.* sessão n.º 59, 19 de Maio de 1926: 15).

¹⁵ Sobre as teses apresentadas neste Congresso, consulte-se Brás (2006: 524-528).

¹⁶ O referido ministro, a este propósito, faz uma digressão sobre o estado da Educação Física em Portugal. Reconhece que, à excepção dos países escandinavos, da Bélgica, Suíça, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha, “não estamos muito atrasados em questão de educação física” (*D.S.R.* sessão n.º17, de 24 de Março de 1922: 15).

6. Críticas à função socializadora da Instrução Militar Preparatória

A par das diversas opiniões a favor da IMP, há autores que tecem duras críticas a esta disciplina e outros que se referem às dificuldades de a implementarem no terreno educativo¹⁷.

Na perspectiva de um articulista do *BSIMP*, a “ignorância, indiferença ou desconfiança por tudo o que constitua uma inovação, por tudo quanto saia da rotina” (ano I, n.º 2, Junho de 1913:15) foram óbices à implementação desta disciplina a que se juntaram comentários desfavoráveis de alguns contemporâneos. Registe-se o que Tolentino Ganho sustentou num artigo intitulado precisamente *A Instrução Militar Preparatória*. O autor argumenta que a escola deve formar homens, na nobre e moderna acepção do termo e que inculcar e radicar o espírito militar no homem seria destruir o que nele há de verdadeiramente humano, lançando-o num estado de *barbárie*. Como sustenta que “a pátria, para a criança, não pode ser uma coisa terrível, que só se defende matando”, acrescenta:

“Teríamos, pois, a escola-caserna, com as suas companhias e os seus graduados, à frente do que veríamos a figura bisonha dum cabo ou perfil marcial dum sargento. E nós, que sempre temos protestado contra a incompetência - na generalidade, é claro - do professorado dos diversos graus de ensino, que haveremos de dizer da pedagogia infusa dos novos mestres ... de sabre e mochila?...” (Ganho, 1911: 26)

O autor defende que, em vez da IMP, se dê aos alunos a Educação Física a qual tem efeitos correctivos quando dirigida por “técnicos conhecedores e escrupulosos no exercício dos seus deveres” e dá aos indivíduos a prontidão, a ordem e disciplina que, somando-se harmonicamente produzem a ordem e a disciplina de conjunto. No seu entender, a “Educação Física dirige-se à alma através do corpo” enquanto que “a IMP poderá actuar sobre o corpo mas paralisando o cérebro” (Ganho, 1911: 26).

¹⁷ Sobre a polémica despoletada pela IMP, veja-se Pintassilgo (1998: 209-214) e Brás e Gonçalves (2008a).

Adolfo Coelho é igualmente um crítico do ensino militar nas escolas. Este pedagogo não vê qualquer vantagem em iniciar na escola a preparação do soldado, advogando que essa mesma preparação poderia ser feita por meio do civismo, da educação moral e, sobretudo, da educação física. Com estas componentes educativas, operar-se-ia o que ele designa por “renovação nacional “ fazendo “ renascer na alma dos portugueses a virtude de obediência” (Coelho, 1911:7-15)

Adolfo Lima, por seu turno, também se opõe à militarização do ensino, apodando a IMP de “monstruosidade” e “sopro de morte”. E argumenta que a escola deve ser neutra, nem confessional nem laica e, por isso, a escola republicana não deve substituir o crucifixo pela espada, Deus pela pátria e a oração pelo canto guerreiro. Vê igualmente desvantagens pedagógicas na imposição às crianças da disciplina militar, uma vez que esta, na sua perspectiva, não apela nem ao raciocínio nem às potencialidades e interesses da criança, desenvolvendo-lhe apenas a obediência e a memória (Lima, 1914: 39-46).

São também vários os deputados¹⁸ e senadores¹⁹ que no hemiciclo manifestaram reservas relativamente à aplicação da IMP. O senador Gaspar de Lemos afirma que, “apesar do fim para que foi criada, a IMP ainda está longe de ter o seu verdadeiro alcance” (*D.S.R.* sessão n.º 37, 24 de Fevereiro de 1916: 3). Desidério Beça enfoca a crítica às Universidades e a alguns liceus pela indiferença face à organização das SIMP (*D.S.R.* sessão n.º 32, 19 de Agosto de 1919: 8-9). E Paulo Cancela de Abreu sustenta que a IMP de nada tem servido e nada tem feito de útil para o país. Acrescentando que tal como tem sido implementada, longe de ser vantajosa, tem servido unicamente para especulações e fins políticos, tendo sido adoptada essencialmente como arma política, para missões políticas da República, e não para fazer a educação cívica e militar conveniente às futuras praças do exército (*D.C.D.* sessão n.º 117, 27 de Junho de 1923: 22).

¹⁸ A título de exemplo, vejam-se os deputados Cunha Macedo (sessão n.º 123, 30 de Maio de 1912), Lelo Portela (sessão n.º 49, 22 de Maio de 1922), Paulo Cancela de Abreu (sessão n.º 117, 27 de Junho de 1923) e Pires Monteiro (sessão n.º 16, de 8 de Janeiro de 1924).

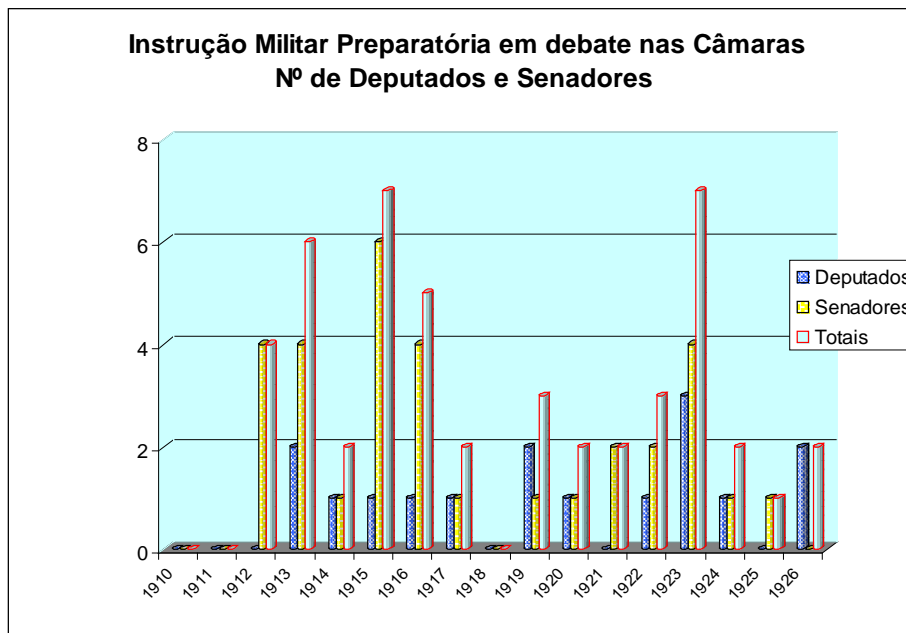
¹⁹ Entre os senadores que abordaram a IMP, destaquemos, entre outros, Abílio Barreto (sessão n.º 52, 27 de Março de 1917), Desidério Beça (sessão n.º 32, 19 de Agosto de 1919), Querubim Guimarães (sessão n.º 60, 6 de Julho de 1923) e José Pontes (sessão n.º 60, 6 de Julho de 1923).

São igualmente recorrentes as referências à exiguidade das verbas atribuídas à IMP, o que tem, como refere o deputado Lelo Portela, dificultado o desenvolvimento físico dos mancebos pela inexistência de escolas de tiro e de ginástica (*D.C.D.* sessão n.º49, 22 de Maio de 1922: 20).

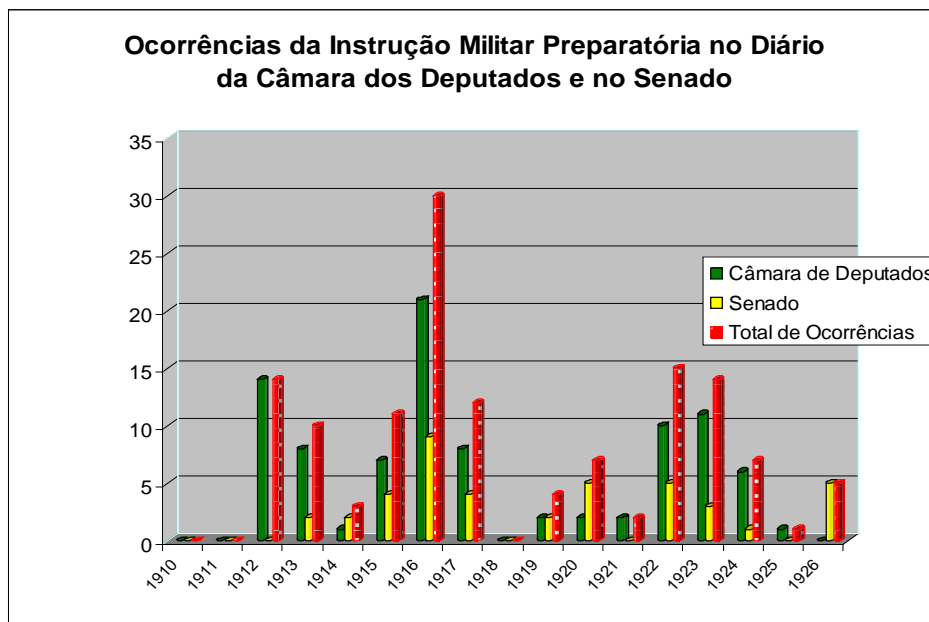
No ano de 1923, o então ministro da Guerra, Fernando Freiria, explica que a IMP “produziu alguns resultados depois do 5 de Outubro, mas depois mais nada produziu de prático”. E perfilha a opinião do senador José Pontes de tornar obrigatória não a IMP mas a instrução física para que “quando os indivíduos cheguem à vida militar, esta instrução se faça com diminuição de despesa para o Estado” (*D.S.R.* sessão n.º 60, 6 de Julho de 1923:10).

São, pois, diversas as ocorrências no Parlamento sobre a IMP o que atesta a importância que os parlamentares lhe dedicavam, como se depreende nos gráficos e no quadro que seguem:

[Gráfico nº1]



[Gráfico nº 2]



[Quadro nº1]

INSTRUÇÃO MILITAR PREPARATÓRIA EM DEBATE NAS CÂMARAS

Ano	Deputados	Senadores
1910
1911
1912	Cunha Macedo Simas Machado Fernando de Macedo Tiago Sales	
1913	Helder Ribeiro Tiago Sales Machado Santos Morais Rosa e Seabra Júnior	Feio Terenas Abílio Barreto
1914	Barbosa de Magalhães	Ladislau Piçarra
1915	Simas Machado Aresta Branco Lima Bastos Pereira Bastos Helder Ribeiro Norton de Matos (Ministro das Colónias)	António Maria Baptista
1916	António Medeiros Franco João Pereira Bastos Alfredo Ernesto de Sá Cardoso Artur Leitão	Gaspar de Lemos
1917	Morais Rosa	Gaspar de Lemos
1918	----	-----
1919	Malheiro Reimão	Tiago Sales Desidério Beça
1920	António Granjo (Presidente do Ministério)	Desidério Beça
1921	Pereira Bastos António Granjo	...
1922	Lelo Portela Pires Monteiro	José Pontes
1923	Pires Monteiro Paulo Cancela de Abreu Vasco Borges António da Fonseca	Querubim Guimarães José Pontes Júlio Ribeiro
1924	Pires Monteiro	José Domingues dos Santos (Presidente do Ministério)
1925	Torres Garcia	----
1926	Ferreira de Simas Álvaro de Mendonça

[Quadro nº2]

**OCORRÊNCIAS DA INSTRUÇÃO MILITAR PREPARATÓRIA
NO PARLAMENTO**

Ano	Diário da Câmara dos Deputados	Diário do Senado
1910	-----	-----
1911	-----	-----
1912	14	-----
1913	8	2
1914	1	2
1915	7	4
1916	21	9
1917	8	4
1918	-----	-----
1919	2	2
1920	2	5
1921	2	-----
1922	10	5
1923	11	3
1924	6	1
1925	1	----
1926	-----	5

7. Disciplinar o corpo para controlar as almas**7.1. A criação das Sociedades de Instrução Militar Preparatória**

O Decreto de 26 de Maio de 1911 cria as Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP), declarando-as para todos os efeitos legais, “patrióticas e beneméritas”, e considerando-as “centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as altas virtudes cívicas e a fortalecer a mocidade, preparando-a para bem cumprir o seu dever militar”(art. 4.º § 2).

A Portaria de 1 de Junho de 1912 justifica a criação das referidas sociedades para que “a lei de recrutamento reduzindo o tempo de permanência nas fileiras do exército, se execute sem atritos e produza todos os benefícios que tão patrioticamente se propõe conceder ao país”.

O fim primacial das SIMP era, pois, promover a cultura intelectual e física para o país ter patriotas conscientes e bons soldados. Visava-se, assim, “fazer de cada mancebo um perfeito cidadão ministrando-lhe, a par duma completa Instrução Militar, uma sólida educação cívica, formando-lhe um carácter austero e nobre, que muito pode contribuir para o levantamento moral de que tanto carece a raça portuguesa” (Portaria de 1 de Junho de 1912).

Na Lei n.º 623, de 23 de Junho de 1916, são acrescentados ao artigo 4.º do Decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 - que regulamentava a IMP - dois parágrafos que revalorizam as SIMP pelo seu papel formativo, cívico e militar :

“§ 1.º Para efectivar o disposto neste artigo é autorizada a criação de associações, com a designação de SIMP, em todo o território da República.

§ 2.º As sociedades de que trata o § 1.º serão, para todos os efeitos legais, declaradas patrióticas e beneméritas, e constituirão centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as altas virtudes cívicas e a fortalecer a mocidade, preparando-a para bem cumprir o seu dever militar”.

Por este articulado, constata-se a importância crescente atribuída a estas sociedades quer pela sua criação nas diversas localidades do país quer pela missão patriótica, cívica e militar de que eram incumbidas. Declaradas patrióticas e beneméritas, constituíam centros de educação, destinadas a desenvolver as virtudes cívicas, em que se fundamentava o espírito militar de um povo, e a fortalecer a mocidade, preparando todo o português (dos 17 aos 45 anos) para bem cumprir o dever militar.

[Mapa nº 1]



Nº de Sociedades -	13 - Lisboa
-	4 - Porto
-	3 - Coimbra
-	2 - Leiria
-	1 - Alcobaça, Coruche, Figueira da Foz, Lamego, Lourinhã, Pombal, Póvoa, Santarém, Torres Vedras, Trancoso, Viana do Castelo.

Fonte: Beça, D. (s/d). *Instrução militar preparatória*. Lisboa: Tipografia e Papelaria Fernandes.

8. 2. O exorcizar a decadência através do efeito propagandístico dos exercícios físicos

As SIMP promovem paradas, exercícios militares e jogos desportivos, os quais, como bem sintetizou o então ministro da Instrução, Augusto Nobre, serviam não só para desenvolver a educação física bem como constituíam “a melhor instrução militar” (D.S.R., sessão n.º 17, 24 de Março de 1922: 15).

A dimensão curricular da IMP contemplava a demonstração de jogos desportivos e exercícios gímnicos. Os cortejos cívicos e paradas, enquanto formas de manifestação colectiva, ganharam com a República uma dominância tal que reforçaram o consenso à volta do novo regime - unificar e religar os indivíduos (Catroga, 1988: 312-313).

Com a tendência secularizante e laicizadora da I República havia nesses festejos o que Ozouf designou de “transfert de sacralité” (1976 : 132), instaurando, devido à sua dimensão ritual, a mística dum tempo novo e de um novo regime que pretendia “exorcizar a decadência do presente” (Catroga, 1988: 312). Essas festividades criavam momentos entusiasmantes de comunhão e possibilitavam que os indivíduos se reconhecessem como sujeitos sociais pois elas propiciavam um clima de participação que os levava a sentirem-se parte integrante de uma colectividade unificada (Catroga, 1998: 312-313). Contudo, como nota (Duvignaud, 1965: 238-263), as festas e paradas, ao passaram a ser geridas pelo poder político estabelecido, transformaram-se em cerimonial e em espectáculo, isto é, em representação gizada mais para ser *vista* e *ouvida* do que participada.

Afigura-se-nos significativo salientar-se que a ideia dos exercícios em parada recebeu daqui uma forte influência porque os cursos de Instrução Militar, onde quer que funcionassem, tinham todos os anos que prestar provas públicas às autoridades e ao público. Deveria haver três provas colectivas, não podendo durar cada uma delas mais de meia hora: a primeira era de ginástica de movimentos; a segunda de ginástica aplicada, de modo a obrigar à passagem de obstáculos; e a terceira de evoluções em ordem unida em diversas formações. Igualmente, os que tinham recebido instrução especial de equitação e ciclismo (e também clarim ou corneta, trabalho de pioneiro e serviço de graduados)

entravam nestas provas. As paradas terminavam com um desfile em continência pela frente das autoridades de maior categoria que assistissem a esse acto.

A importância crescente que as festas das SIMP vinham assumindo levou à assunção de festejos regulamentados em leis. Assim, determina-se que no dia 6 de Outubro de cada ano, dia seguinte ao aniversário da República, se realizem em cada localidade onde funcionem cursos de IMP, e em lugar público, uma parada geral dos mancebos sujeitos à frequência do 2.º grau, para a qual serão convidadas as autoridades civis e militares dessa localidade. Os mancebos que tiverem recebido instrução especial de equitação, ciclismo, sinais de clarim ou corneta, trabalhos de pioneiro e serviço de graduados, serão utilizados em cada uma destas provas conforme as suas especialidades.

Para além das paradas, deveria haver no fim do período anual de instrução, concursos de tiro e doutras especialidades perante um júri de três membros nomeados pelo comandante da respectiva circunscrição militar, de um delegado da respectiva Câmara Municipal, de um cidadão, devendo este ser escolhido entre os sócios de uma SIMP caso houvesse alguma na localidade. Para este concurso, o inspector e os instrutores promoveriam, com a necessária antecedência, a obtenção de prémios destinados aos concorrentes que mais se distinguissem e aos cidadãos ou colectividades que mais tivessem contribuído para o bom êxito do concurso.

Os festejos eram profusamente noticiados na imprensa. E as SIMP endereçavam convites a diversas individualidades como a governantes, deputados e senadores para assistirem às sessões solenes²⁰.

A título exemplificativo, atente-se no Programa da parada no hipódromo de Belém em Junho de 1913, onde participaram as SIMP de Lisboa e algumas da província: (i) Concentração das Sociedades e formação; (ii) Entrega de insígnias de honra às Sociedades por S. Ex.^a o presidente da República; (iii) Demonstração de Escutismo; (iv) Demonstrações da Cruz Vermelha; (v) Exercícios ginásticos; e (vi) Marcha em continente.

²⁰ Veja-se, a título exemplificativo, alguns officios como o da Sociedade de IMP n.º 1, convidando a Mesa da Câmara dos Deputados a assistir à grande sessão solene que se efectuaria no Coliseu de Lisboa (*D.C.D.*, sessão n.º 58, 23 de Março de 1913: 5). E o do Presidente da Sociedade n.º 1 de IMP, convidando a Mesa do Senado a assistir à festa das provas finais do terceiro período anual da mesma Sociedade (*D.S.R.*, sessão n.º 31, 12 de Agosto de 1915: 2).

O repórter do jornal *O Século* pintou um quadro vivo, repleto de *cor epocal* e pormenorizado das festas que ocorreram nesse hipódromo:

“Mais uma Festa grandiosa das Sociedades de IMP. O pelotão deita-se no solo e com os seus corpos unidos, desenha letras, lendo-se a frase *Viva a República* (...). A população da capital foi despertada pelo estalejar festivo dos morteiros e foguetes com que a alvorada foi saudada em vários pontos e pelas filarmónicas que percorreram as ruas anunciando o início das festas. A cidade apresentou-se engalanada. Em muitas janelas de particulares via-se hasteada a bandeira nacional (...). Os comboios desde cedo começaram a despejar numerosas pessoas da província e dos arredores, que se espalharam pela cidade a admirar as decorações do Rossio, da Avenida, praça de Camões, etc. entretendo-se pelas ruas da Baixa e postando-se defronte dos coretos a ouvir a música” (*O Século*, ano XXXIII, n.º 11313, 9 de Junho de 1913).

A acreditar no repórter deste diário assistiram à festa o chefe de Estado (Manuel de Arriaga), oficiais de terra e mar, representantes do Congresso e do Município, os generais Ferreira de Castro, Encarnação Ribeiro, o major Pereira Bastos, e governantes como Afonso Costa, António Macieira, Rodrigo Rodrigues, Daniel Rodrigues, acompanhados pelos seus secretários²¹.

Nesta cerimónia participaram os alunos da Casa Pia (que “desperta admiração geral pelo garbo marcial do seu porte”), do Colégio Militar (que “executaram com admirável precisão alguns exercícios de ginástica”) os alunos da Escola Nacional (que “exibem alguns exercícios de sport, palestrianismo, luta de tracção e esgrima”) e do Asilo Maria Pia (*O Século*, ano XXXIII, n.º 11313, 9 de Junho de 1913).

O ministro inglês, a fazer fé no jornal *O Século*, afirmou que esta cerimónia não podia ter maior brilho. Contudo, o deputado Tiago Sales é menos entusiasta. Considera que, se por um lado, verificou que alguns números foram feitos sob regras científicas, outros manifestaram uma deficiente execução técnica. É, por isso, que reputa urgente a

²¹ Sabemos também que entre os edifícios que embandeiraram se destacavam redacções de jornais, os armazéns Grandela do Chiado, e de Ramiro Leão, A Brasileira, o Jardim do Chiado, os hotéis Universo, Borges e Aliança, edifícios públicos, escolas, Associações da Agricultura, de Lojistas, Industrial, a Propaganda de Portugal Liga Naval, o salão da Trindade, o consulado geral dos Estados Unidos do Brasil, o Directório do Partido Republicano, o Centro Henriques Nogueira, o Centro Evolucionista, o Grémio Literário, o Grémio Lusitano, a Associação Humanitária Camões e os Bombeiros Voluntários.

Comissão de Instrução Superior dar um parecer favorável a um projecto de lei que ele apresentara, há meses, relativo à criação de institutos centrais de ginástica e esgrima sob a superintendência do Ministério da Guerra (*D.C.D.* sessão n.º128, 16 de Junho de 1913: 26).

No Verão de 1914, o jornal *A Federação Escolar* dá destaque na 1ª página, em editorial, às provas de IMP que se realizaram na serra do Pilar. Assistiram a esta festa patriótica, autoridades civis e militares, vereadores dos municípios do Porto e Gaia e inspectores escolares. Sabemos que as provas do 1.º grau principiaram às 6 h da manhã e terminaram cerca das 8, seguindo-se as do 2.º grau que duraram até ao meio-dia. E o editorialista manifesta a sua surpresa pelo facto de ter visto comparecer nesses festejos um tão reduzido número de escolas oficiais, interpretando esse escasso número pelo facto da ginástica ainda não estar devidamente organizada e implementada nas escolas. Refere que teria apreciado “ter visto mais ginástica e menos táctica, mais cadência e menos tambor” e que o júri deveria ter exigido “maior número de exercícios de ginástica, mais correcção nos movimentos, mais ritmo e mais sequência na ordem dos exercícios” (*A Federação Escolar*, n.º 127, 2 de Agosto de 1914). E sustenta que o professor na escola não pode nem deve preocupar-se com fazer soldados pequenos metendo-lhes nas mãos espadas em miniatura ou armas de modelo reduzido, competindo-lhe cuidar da saúde e do desenvolvimento da criança através da ginástica.

No sentido de incrementar as festas desportivas o ministro da Instrução, Augusto Nobre, determina, pelo decreto n.º 6722, que, nesse ano de 1922, se fizesse em Maio uma parada em todas as escolas - cujo programa compreendia o canto coral e jogos desportivos - para “despertar o entusiasmo” e desenvolver o “ensino da educação física”, constituindo esta, no seu entender, a “melhor instrução militar preparatória”:

“Tanto em Lisboa, como no Porto, os jogos desportivos nas massas populares têm tido um grande desenvolvimento. Sabe V. Exa. muito bem a importância que eles têm, tanto sob o ponto de vista físico como moral. A higiene, o desenvolvimento físico em geral, a destreza e a agilidade dos movimentos, preparam as crianças para os trabalhos futuros de operários e de soldados, corrigem a vida sedentária e a fadiga intelectual dos alunos das escolas e constituem a melhor IMP” (*D.S.R.*, sessão n.º 17, 24 de Março de 1922: 15).

A promoção destas festas bem como a instauração de feriados civis constituíam uma nova hagiografia cívica e integravam-se na intenção de laicizar o capital simbólico, apanágio da mundividência laica da I República (Catroga, 2006). Acresce referir que, durante os finais da Monarquia, já a imprensa republicana dava um significativo destaque à cobertura noticiosa das festas e comemorações dinamizadas pelas associações, sociedades promotoras de educação e centros escolares republicanos. Na linha de Paul Bert (1883: 24) – “c’est dans les fêtes publiques que se développe la sympathie commune; c’est là que se crée une sorte de vibration communicative qui échauffe les coeurs; c’est là que se retrempe la foi dans la patrie et l’amour de la liberté” - o médico republicano Ladislau Piçarra confessava aos leitores d’ *A Luta*: “o movimento de ideias, para se propagar de uma maneira eficaz através de todas as camadas sociais, necessita das festas públicas, que, pelo seu brilho, atraíam a grande massa popular” (*A Luta*, ano III, n.º 985, 19 de Setembro de 1908).

O carácter endoutrinador²² inerente a estas festividades bem como a apologia ao regime republicano estão bem patentes, por exemplo, num pelotão que, num dos exercícios, “se deita no solo e com os seus corpos unidos, desenha letras, lendo-se a frase *Viva a República*” (*O Século*, ano XXXIII, n.º 11313, 9 de Junho de 1913). Também o ministro das Colónias Norton de Matos assume explicitamente no Senado, o objectivo inequívoco de *republicanizar* o cidadão e o exército através de diversas esferas de acção que passam quer pelas SIMP quer pelas municipalidades quer pela escola:

“Há toda a conveniência em exercermos essa influência e apelarmos para todos os cidadãos, para que dentro de todas as esferas de acção se concorra para obtermos um exército verdadeiramente republicano e nacional. A legislação proclamada depois da República exige que essa propaganda aumente em todo o nosso meio político e que seja levada a efeito dentro das diversas sociedades: pela IMP, pelas câmaras municipais; nas escolas, no recruta, no mancebo, na criança; procurando inculcar-se no espírito de todos a ideia da necessidade do exército nacional e republicano (*D.S.R.*, sessão n.º 3, 6 de Dezembro de 1915: 5).

²² Os festejos, devido ao seu carácter endoutrinador e encomiástico para com o Governo, foram apodados por Machado dos Santos como “acto de ópera cómica” (*D.C.D.*, sessão n.º 82, 28 de Abril de 1913:11).

7. 3. A formação da cidadania nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória

A cidadania, enquanto modo de estar e de agir em sociedade e de se relacionar com o Outro, permite-nos centrar a matriz estruturante do conceito de cidadão na correlação dos direitos e deveres cívicos. Para intervir e participar na vida política foi preciso rejeitar os valores da sociedade do Antigo Regime e comungar dos ideais da Revolução Francesa e da Revolução Liberal. Segundo Mozzicafreddo (1997), a cidadania, enquanto categoria política e social constitutiva das sociedades modernas, surge a partir da ideia de que os indivíduos são membros de uma comunidade, e traduziu-se em primeiro lugar na defesa da(s) liberdade(s), na participação política e no direito de associação.

Assim, o cidadão dos primórdios do liberalismo assume-se como um sujeito de direitos e deveres face ao Estado. Os primeiros direitos de cidadania foram os civis, os chamados *direitos da primeira geração* - direito de liberdade de expressão, de consciência e de livre opinião - que serviam para defender o indivíduo da arbitrariedade do Estado. “Eram direitos contra a prepotência do poder político do Estado, que tendiam a afirmar um domínio privado em face do domínio público. (...) A cidadania moderna foi assim, em primeiro lugar, entendida como cidadania de liberdade” (Cruz, 1998: 197).

Sem dúvida que o surgimento da cidadania acompanha, por um lado, o desenvolvimento da sociedade industrial e, por outro, a predominância que o Estado de direito vai adquirindo enquanto forma e processo de estruturação das relações sociais (Mozzicafreddo, 1997).

Com a implantação da República em 1910, reemerge a importância da consciencialização cívica que todo o cidadão deveria possuir. É neste contexto que a institucionalização curricular da educação cívica se afigura ser, para a *intelligentzia* republicana, um instrumento indispensável com vista a consagrar, legitimar e estabilizar o novo regime, cujas bases ainda não estavam seguras. “A obtenção do *consensus* republicano era, pois, uma questão vital” (Pintassilgo 1998: 115). É que, como sustenta André Chervel (1988:61), “les disciplines scolaires sont inséparables des finalités éducatives au sens large du terme de l’école et constituent un ensemble complexe qui ne se réduit pas aux enseignements explicites et programmés”. É, igualmente, neste ângulo

de análise, que se integra a criação da Instrução Militar Preparatória (IMP) que visava concomitantemente a formação moral e patriótica dos jovens e a sua preparação física. É que ser cidadão, como refere Figueiredo (2002: 35), implica “construir vínculos com os outros no seio de um espaço público partilhado, permitindo gerir compromissos que (...) e traduzem no benefício de direitos (civis, políticos e sociais) e na assunção de determinadas responsabilidades”. Contudo, há, com o fluir dos tempos, um processo de construção e reconstrução de ser cidadão, pois é do existir, do sentir e do agir, que emergem novas formas de exercer a cidadania, conceito sempre plural e polissémico, na medida em que é o sujeito que constrói, de forma individual e colectiva, a sua subjectividade que constitui “o alicerce para a construção da sua cidadania que não se efectiva de forma neutra, mas influencia e é influenciada pelo meio sócio-cultural onde o indivíduo vive” (Coutinho: 1988:165). E, como sublinhava Antonio Granjo, “a IMP constitui em todos os regimes democráticos a demonstração de educação cívica” (António Granjo, *D.C.D.*, sessão n.º 135, de 18 de Outubro de 1920: 5).

8. Conclusões

“A Instrução Militar Preparatória serve para fazer ótimos soldados e convictos patriotas, entusiasticamente aptos e dispostos para repelirem estranhos que, algum dia, se arrojem a invadir a nossa terra”.

(Feio Terenas, *Diário do Senado*, sessão n.º 77, 11 de Abril de 1913: 12).

Os decretos que criaram a IMP e as SIMP seguiram como modelos inspiradores os exemplos de países como a Prússia, Japão, França, Suíça e Alemanha e desenharam uma ideia de escola associada à do Exército com o objectivo explícito de formar “bons cidadãos, bons patriotas e ótimos soldados”.

Com efeito, a estrutura curricular da IMP e das SIMP visava, por um lado, o cidadão-soldado - aliado à manifestação do patriotismo e do nacionalismo típicos do ideário republicano - e, por outro, o mito do *homem novo* - que corporizaria o espírito da educação cívica, da disciplina, da obediência, da defesa da pátria e da robustez física. A ligação entre as sociedades de ginástica e a preparação militar que proliferou por muitos países está relacionada com o imperativo de preparar a mocidade e de zelar pelo cuidado do corpo. A necessidade de revigorar as forças (físicas e morais) encontrou na ginástica um excelente meio de promoção. E a IMP, enquanto disciplina (no duplo sentido), era a base essencial da organização do exército e possibilitava o mínimo de permanência nas fileiras, constituindo, como já referimos, “o traço de união entre a escola e a caserna”.

Este novo imaginário trouxe novas exigências. Educar a juventude, segundo os valores da sociedade emergente, era um novo imperativo. A IMP colocou-se, assim, como um instrumento de educação do carácter e de competências necessárias à vida projectada no imaginário republicano. Este trabalho foi assegurado pelas tecnologias de poder a que Foucault chamou *disciplinas*. Neste processo, temos a destacar o corpo como principal foco de disciplinar a mente.

Este novo poder da IMP atravessa o corpo e faz dele um novo objecto de saber. Este novo poder e saber impregnam-se nos corpos e gravam-se nas consciências. Através da *héxis corporal* pretendeu-se exercitar as qualidades humanas necessárias para alcançar as finalidades dos ideais republicanos. Pela vivência se exercitou a imaginação, o que serviu para transmitir e levar à apropriação da cosmovisão antidinástica. Com a *héxis corporal* pretendeu-se chegar ao hábito da mente e despoletar sentimentos apropriados ao ideário republicano. Com a *héxis corporal* pretendeu-se despertar novas sensibilidades, novas disposições da consciência, de modo a permitir às pessoas situarem-se no mundo social, ensinando-as a preferir. As potencialidades desta prática, desta vivência, estão no facto de ser diferente das grandes narrativas. Por ser mais subtil, passa mais despercebida.

Na IMP e nas SIMP, a ginástica foi uma educação cívica porque com ela se pretendeu ensinar a ser cidadão, a incorporar os valores da sociedade/Estado, vinculando-o a uma certa maneira de pensar, viver, preparando-o ao mesmo tempo com as competências consideradas necessárias para a vida em sociedade. Não existe uma ginástica puramente biológica, fora dos interesses da vida social. Com ela aprende-se uma maneira de se tornar cidadão e certas *disposições* para o exercício da cidadania “livremente” consentida. Para ser cidadão não basta habitar o território, é preciso participar na *res publica*. Assim, se a Educação Cívica se tornou nuclear no projecto político e pedagógico da I República (1910-1926) pois pretendia-se com ela consagrar e legitimar o novo regime, também na IMP e nas SIMP, que eram espaços de doutrinação política, se visava a formação do cidadão–soldado.

Na IMP e nas SIMP, a educação cívica é uma ginástica porque consiste numa exercitação. As pessoas não nascem ligadas, precisam de ser ensinadas a sentirem-se vinculadas aos ideais da nação, a terem uma identidade. Nada disto é natural. É necessário levar as pessoas a terem práticas/vivências com esse significado, a reconhecerem-se como membros de uma unidade maior (nação) para que a coesão da comunidade não fique em causa.

A IMP e as SIMP foram entendidas como o local privilegiado para isso se fazer. Pretendia-se, desde cedo, levar as crianças a pensar, a viver e a sentir que não pertenciam exclusivamente à família, mas que se integravam numa comunidade mais ampla. Daí a

importância de socializar os jovens, através da IMP, com um novo modo de viver. E tiveram, pelos exemplos aqui evocados, ecos no debate parlamentar fosse na Câmara dos Deputados fosse no Senado.

A IMP consubstanciava, pela sua tríplice composição curricular, o ideário educativo republicano, que se propunha veicular às crianças uma educação integral que cultivasse o corpo, pela higiene e pela ginástica, e educasse a alma, através de um ensino cientificamente adequado e duma instrução moral e cívica que “regenerasse a raça e formasse o carácter dando-lhes a energia bastante para vencerem os factores que estavam a degenerar a alma nacional” (Catroga, 2000 [1991]: 279). Neste sentido, a educação cívica - considerada, segundo um articulista da revista *Educação Nacional*, Manuel Gomes Correia, o “evangelho das escolas” (ano XV, n.º 743, 11 de Dezembro de 1910: 99) - seria fundamentalmente o instrumento da socialização política e da coesão nacional (Catroga, 2000, 2002, 2006; Pintassilgo, 1998, 2001; Reis, 2002). E a higiene, ao ser “incorporada no processo de civilização, simboliza também uma nova distinção” na medida em que com ela, “novas sensibilidades são trabalhadas, conduzindo ao exercício de uma dupla vigilância - sobre os outros e sobre si (autocontrolo), o que reclama uma higiene pública e privada” (Brás, 2008: 116). Subjacente à moralização higienista, estava, pois, a apologia da educação física, indispensável para criar um «homem novo», capaz de defender o Estado-Nação e responder aos desafios da modernidade.

Com efeito, este enfoque no revigoreamento físico e no discurso higienista visa reforçar a estratégia educativa da própria Escola Republicana, no que diz respeito ao ideal de uma formação harmoniosa da mente, do corpo e dos sentimentos morais. Deste modo, a articulação da preparação especificamente militar com a prática da educação física, do ensino da higiene e da educação cívica visava a regeneração do corpo e da própria *raça*. Assim, se consubstanciava a educação republicana que concebia a Escola como *igreja cívica do povo* (Catroga [2000] 1991; Pintassilgo, 1998) e uma *oficina em que se fabrica o cidadão*, na expressiva formulação do congressista César da Silva, quando, em 1912, discursava no Terceiro Congresso da Liga Nacional de Instrução (Silva, 1913:206).

É nesta linha de pensamento que se insere a esfera da acção das SIMP que se pautou pela organização de bibliotecas, criação de aulas nocturnas, promoção de conferências e palestras sobre diversos assuntos, desenvolvimento do gosto pela ginástica

e pelo desporto e dinamização de paradas e festas cívicas. Estas instaurariam, pelo seu cerimonial colectivo e ao ar livre, e pela sua dimensão ritual, a mística de um tempo novo, de um novo regime e de um homem novo. Esta nova mundividência, ao “superar a noite medieval, iria trazer o reino da liberdade, igualdade e fraternidade” (Catroga, 1998: 312).

SIGLAS

BSIMP - *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*
D.C.D. - *Diário da Câmara dos Deputados*
D.G. - *Diário do Governo*
D.S.R. - *Diário do Senado da República*
IMP – Instrução Militar Preparatória
SIMP – Sociedades de Instrução Militar Preparatória.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. 1. Fontes

- A Federação Escolar*, Porto (1914).
A Luta, Lisboa (1908).
Beça, D. (s/d). *Instrução militar preparatória*. Lisboa: Tipografia e Papelaria Fernandes.
Bert, P. (1883). *De l'Éducation Civique. Conférence faite au palais du Trocadéro, le 6 août 1882*. Paris. Éditions du Seuil.
Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória, Lisboa (1913).
Buisson, F. (dir.) (1911). *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Paris: Librairie Hachette.
Coelho, Adolfo (1911). *Questões pedagógicas. I – Os exercícios militares na escola*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
Costa, Rodrigues da (1883). “O batalhão escolar do município lisbonense” *Froëbel*, ano II, 13, 97-99.
Diário da Câmara dos Deputados, Lisboa (1883, 1911-1926).
Diário do Governo, Lisboa (1911-1926).
Diário do Senado da República, Lisboa (1911-1926).
Educação Nacional, Lisboa (1911-1913).
Ferreira, A. A. da C. (1917). *Ginástica – escola de moral e de civismo*. Lisboa: Casa Portuguesa.
Filho, R. O. (1918). *Educação Cívica*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves.
Ganho, T. de S. (1911). “A Instrução Militar Preparatória”, *Revista de Educação Geral e Técnica*, (1) 1, 21-35.
Garcia, E. (1882). A instrução militar na escola primária e no liceu, *Froëbel*, ano I, n.º 7, 1 de Setembro de 1882.

- Grainha, B. M. (1976 [1913]). *História da franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)*. Lisboa: Veja.
- Lima, Adolfo (1914). *Educação e ensino. Educação integral*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Melo, A. A. de (1916). *A acção das Sociedades de Instrução Militar Preparatória - conferência realizada na sede da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 25*. Figueira da Foz: Tipografia Popular.
- O Colégio Militar*, Lisboa (1921).
- O Século*, Lisboa (1913).
- Piçarra, L. (1908). Festas republicanas, *A Luta*, ano III, n.º 985, 19 de Setembro de 1908.
- Santos, J. A. C. dos (1913). *A preparação militar em Portugal e factores morais dos exércitos*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.
- Silva, C. (1913). *Liga Nacional de Instrução. Terceiro Congresso Pedagógico. Abril de 1912*. Lisboa: Imprensa Nacional.

1.2. Bibliografia

- Adão, Á. (2005). Fontes para a história das políticas educativas e da renovação pedagógica no Portugal contemporâneo. In Martins, Ernesto Candeias (coord.). *Actas de V Encontro Ibérico de História da Educação. Renovação Pedagógica / Renovación Pedagógica* (pp. 465-485). Coimbra / Castelo Branco: Alma Azul.
- Anderson, B. (1993). *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Brás, J. G. V. (2006). *A fabricação curricular da Educação Física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Brás, J. G. V. (2008). A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação, *Revista Lusófona de Educação*, 12, 113-138.
- Brás, J. G. V. & Gonçalves, M. N. (2008a). “A Instrução Militar Preparatória na I República – A ginástica da educação cívica. A educação cívica da ginástica”. In *Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Cultura escolar, Migrações e Cidadania*, 20, 21, 22 e 23 de Junho de 2008. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Brás, J. G. V. & Gonçalves, M. N. (2008b). A educação como uma Obra Mundial: O Modelo de Referência Francês. O Caso Português. In Díaz, José Maria Hernández (coord.) *Actas de las III Conversaciones Pedagógicas de Salamanca, 15, 16, 17 y 18 de octubre de 2008. Influencias Francesas en la Educación Española e Iberoamericana (1808-2008)* (pp. 621-639). Salamanca: Globalia Ediciones Anthema.
- Catroga, F. (1998). Ritualizações da história. In Torgal, Luís Reis, et al. *História da História em Portugal - séculos XIX-XX* (pp. 221-361). Lisboa: Temas e Debates.
- Catroga, F. (2000 [1991]). *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Catroga, F. (2002). O republicanismo como projecto. In Reis, António (coord.). *A república ontem e hoje* (pp. 33-44). Lisboa: Edições Colibri.

- Catroga, F. (2006). Secularização e laicidade. A separação das Igrejas e da Escola. In Pintassilgo, Joaquim *et al* (org.). *História da escola em Portugal e no Brasil* (pp.13-40). Lisboa: Edições Colibri.
- Chauni, Marilena (2002). *Experiência do pensamento*. São Paulo: Martins Fontes.
- Chervel, A. (1988). L'histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche. *Histoire de l'Éducation*, 38, 59-119.
- Cordelier, S. (1998). *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Costa, Q. (1944). *Educação Física*. Lisboa: s/n.
- Coutinho T. (1998). A contribuição da educação para a formação da cidadania. *Inovação*, 3, (XI) 161-169.
- Cruz, B. da (1998). Democracia e cidadania: o papel dos valores. *Educação e Sociedade*, 3, 37-48.
- Duvignaud, J. (1965). La fête civique. In Dumur, Guy *et al* (org.). *Histoire des spectacles*. Paris: Plêiade.
- Eliade, M. (1991). *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Elias, N. (1994). *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta Editora.
- Faria, António (2004). *O real e o possível. Norton de Matos, etiologia de um Estado e fim do Império*. Lisboa: Grémio Lusitano.
- Figueiredo, C. C. (2002). Educar para a cidadania: tempos novos para velhos desígnios. *Noesis*, 61, 35-38.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2005). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Goodson, I. (1995). *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, M. N. (2002). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910)*. Dissertação de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- Le Breton, D. (2006). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lévi-Strauss (1974). A obra de Marcel Mauss. In *Sociologia e antropologia* (vol. II. pp. 1-36). São Paulo: Editora da Universidade.
- Lima, M. (1993). *Antropologia do simbólico (ou o simbólico da antropologia)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mogarro, M. J. (2007). A história da educação nos currículos de formação de professores. In Pintassilgo *et al* (org.). *A história da educação em Portugal. Balanço e perspectivas* (pp. 203-227). Porto: Edições Asa.
- Mozzicafreddo, J. (1997). *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.
- Ozouf, M. (1998). "L'idée républicaine et l'interprétation du passé national", *Annales*, (6), 1075-1087.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2001). *Educação para a cidadania: o percurso histórico de uma ideia recente*. Comunicação apresentada no Encontro *Cidadania, Educação e Território*: 12 de Novembro de 2001 (Escola Superior de Educação de Setúbal).

- Pinto, P.M. (2000). *Pupilos do Exército. Génese e mística de uma instituição*. Lisboa: Tipografia Escolar - Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Reis, A. (2002). Os valores republicanos ontem e hoje. In Reis, António (coord.) *A república ontem e hoje* (pp. 11-29). Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, T. T. (1996). *Identidades terminais. As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*.

ANEXOS

Anexo n.º 1

Descrição genérica do *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória**

	Proprietários e Editores	Director	Local da administração e da redacção	Composição e impressão	N.º de páginas e Formato	Preço
1ª série N.º 1 Maio de 1913	Sociedades de Instrução Militar Preparatória n.º 2 e 5.º	Dr. Moraes Manchego	Rua do Guarda- Mór 20, 2.º Lisboa	Tip. ^a A. J. Ferros & Ferros F.º Rua dos Retroseiros, 43 e 30 Rua da Prata, 32 Lisboa	8 páginas + 2 páginas de publicidade 19 cm X 25 cm	Assinatura: 300 réis Avulso: 60 réis
1ª série N.º 2 Junho de 1913	Sociedades de Instrução Militar Preparatória n.º 2 e 5.º	Dr. Moraes Manchego	Rua do Guarda- Mór 20, 2.º Lisboa	Tip. ^a A. J. Ferros & Ferros F.º Rua dos Retroseiros, 43 e 30 Rua da Prata, 32 Lisboa	8 páginas + 2 páginas de publicidade 19 cm X 25 cm	Assinatura: 300 réis Avulso: 60 réis

* Foram apenas publicados dois números.

Anexo n.º 2

1.ª SÉRIE

MAIO DE 1913

N.º 1



BOLETIM

DAS

Sociedades de Instrução Militar Preparatória

(Benemeritas e patrióticas por portaria de 1 de Junho de 1912)

PROPRIETARIOS E EDITORES: **Sociedades n.º 2 e 5**
 DIRECTOR: Dr. Moraes Manoelgo
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Guarda-Mór, 20, 2.º

COMPRTO E IMPRESSO NA TIPOGRAPHIA
A. J. FERROS & FERROS F.ª
 11, Rua dos Betulescos, 43 e 50, Rua de Tralal, 22

EXPEDIENTE

O *Boletim* é distribuído gratuitamente a todas as Sociedades de Instrução Militar Preparatória e de Tiro Civil e aos socios efectivos das Sociedades n.º 2 e 5 que estejam em dia com as suas quotas.

ASSINATURAS — Por série dos 12 numeros, pagas adiantadamente **300 réis**
AVISO **60 "**
Anuncios — Contracto especial.

INICIANDO

Sem aquele espirito de imitação, que é tão vulgar no povo português, resolveram as direcções das Sociedades de Instrução Militar Preparatória n.º 2 e 5, fazer publicar um boletim mensal onde os seus associados mais facilmente possam estar ao corrente de todos os assuntos de interesse, não só relativos á Instrução Militar Preparatória em Portugal e no estrangeiro, mas tambem de todo o movimento associativo.

E' infelizmente para lamentar que, tendo a portaria de 1 de junho de 1912, criado estas Sociedades com um fim altamente patriótico, não estejam ainda bem compreendidas por muitos individuos avessos ao bom sentimento colectivo e associativo, os fins a que se propõem estas Sociedades.

Com a publicação e difusão do seu boletim,

têm em vista as Sociedades n.º 2 e 5, simplesmente o darem a conhecer o seu trabalho e o seu esforgo pela instrução militar preparatória e obrigatoria, unico meio de conseguirem o almejado fim, sem grandes despesas orçamentaes, que é a nação armada.

Absolutamente despidas de qualquer politica partidaria, estas Sociedades recebem no seu seio todos os mancebos que sejam verdadeiramente portugueses e como tal estejam dispostos a bem servir a sua Patria; e assim o seu boletim pugnará por todos os assuntos referentes á defesa nacional.

Esperamos de todos os associados, dos poderes publicos e de todas as Sociedades congéneres o bom acolhimento para o trabalho que ora vamos iniciar.

As direcções

O Valor Nacional da Instrução Militar Preparatoria

Tout système militaire basé sur un passage de faible durée dans l'armée doit prévoir une préparation exacte.

Adolphe Chéron.

A evolução das nações, como a das unidades humanas, faz-se por um processo que, admirando muito aqueles que desprezam a filosofia da historia, é contudo apenas uma applicação particular das grandes leis biologicas que se hão de sobrepôr agora e sempre a todas as legislações e a todos os convencionalismos; aquilo que se lhes atigura de anormal e raro é producto de acasos maravilhos, é apenas o desenrolar inexoravel e fatal d'uma fe-

Anexo nº3

Secretaria da Guerra

1ª Direcção Geral

4ª Repartição

Mapa do movimento do pessoal da I.M.P. desde o seu início até ao ano escolar de 1915-1916

Anos Escolares	1º grau							
					Sociedades			
	N.º de escolas primárias que ministraram IMP	Frequência	N.º de cursos para habilitação de professores primários	Frequência desses cursos	N.º de sócios da 1ª secção	N.º de sócios da 2ª secção	N.º de sócios que receberam a instrução	Analfabetos
1912 a 1913	1060	34641	2	-----	2885	976	3182	723
1913 a 1914	1363	48425	27	319	5387	1159	6327	908
1914 a 1915	1367	60139	26	311	5962	888	6957	634
1915 a 1916	1566	69114	29	354	6022	698	7820	484

Fonte: Elaboração própria com base em *Instrução Militar Preparatória* - ANTT

Anexo n.º 4

Secretaria da Guerra

1ª Direcção Geral

4ª Repartição

Mapa do movimento do pessoal da I.M.P. desde o seu início até ao ano escolar de 1915-1916

2.º grau									
Anos Escolares	Sociedades				Núcleos				
	N.º de sócios que receberam a instrução	Analfabetos	Com habilitações literárias	N.º de instrutores	N.º de mancebos fardados	N.º de mancebos incorporados	Analfabetos	Com habilitações literárias	N.º de instrutores
1912 a 1913	3182	723	2862	112	697	10027	5262	4765	376
1913 a 1914	6327	908	5638	104	790	24922	7959	16963	786
1914 a 1915	6957	634	6216	130	1327	29109	13795	15714	1033
1915 a 1916	7820	484	6234	144	1325	40706	18215	22491	1851

Fonte: Elaboração própria com base em *Instrução Militar Preparatória* - ANTT

Anexo nº6

SECRETARIA DA GUERRA
REPARTIÇÃO DO GABINETE

Regulamento das Sociedades

de instrução militar preparatória

Aprovado por portaria de 1 de Junho de 1912



LISBOA
IMPRESSA NACIONAL
1912